



ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro: PMPR/DDTQ
Em: 11/03/2025 14:48



Protocolo:
23.635.390-7

Interessado 1: POLICIA MILITAR DO PARANA

Interessado 2:

Assunto: MEIOS DE COMUNICACAO

Cidade: CURITIBA / PR

Palavras-chave: TELEFONIA FIXA

Nº/Ano 43/2025

Detalhamento: SOLICITAÇÃO GATEWAY DE TELEFONIA

Código TTD: -

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO E QUALIDADE**



Ofício nº 043/Sec.

Curitiba, 11 de março de 2025.

Ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN-PR:

Considerando as atribuições da Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade, constantes no art. 21 da Lei Estadual nº 16.575/10.

2. Considerando a necessidade da utilização do serviço de telefonia fixa pelas Unidades da Polícia Militar.

3. Considerando a infraestrutura lógica de algumas edificações, que não comportam equipamentos e os serviços de telefonia fixa convencional, e a necessidade da utilização do serviço de telefonia fixa IP.

4. Solicito a Vossa Excelência, os bons préstimos, em disponibilizar **dois gateways de telefonia**, visando atender estas demandas, as quais, trarão mais eficiência nas atividades administrativas e operacionais da PMPR, junto a população e ao público interno.

Respeitosamente,

Assinado Eletronicamente

Ten. –Cel. QOPM Sthefano Roberto Janata,
Diretor Int. de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade.

Ao Exmo. Sr.,
Adriano Furtado,
Diretor-Geral do DETRAN-PR,
Curitiba-PR.
//FFP

Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 1401, Bairro Rebouças, Curitiba/Pr, CEP 80230-110, Telefone 3304-4904

Documento: **OficioDETRAN.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ten.- Cel. Qopm Sthefano Roberto Janata (XXX.866.549-XX)** em 11/03/2025 18:36 Local: DDTQ/GAB.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **1º Ten. Qopm Fabricio Ferreira Pinheiro** em: 11/03/2025 14:49.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
c5fc2db5766389579e2e5fc2807703b9.

DESPACHO Nº 122/2025**Protocolo nº:** 23.635.390-7**Data:** 13/03/2025**Interessado:** DETRAN/DTIN**Assunto:** Solicitação de Gateways de Telefonia

I – O presente expediente trata da solicitação formalizada pela **Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade da Polícia Militar do Paraná – DDTQ/PMPR**, por meio do **Ofício nº 043/2025**, no qual requer a disponibilização de **dois gateways de telefonia** para atender demandas operacionais e administrativas da corporação.

II – Diante do exposto, encaminhe-se à **Diretoria de Tecnologia e Informação – DTIN**, com vistas ao **Departamento Executivo de Gestão da Informação – DEGI**, para análise e adoção dos trâmites necessários.

Datado e Assinado eletronicamente

Ismael de Oliveira

Chefe de Gabinete do DETRAN/PR

Documento: **DESPACHON1222025Protocolon.23.635.3907Solicitacao13.03.2025.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ismael de Oliveira (XXX.128.799-XX)** em 13/03/2025 15:34 Local: DETRAN/GB.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Rita de Cássia Hostins Frehse** em: 13/03/2025 10:44.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
53ff468dcb477ca21676b87c83abe7f1.

Protocolo: 23.635.390-7

Interessado: Polícia Militar do Estado do Paraná

Assunto: Doação Gateways

Destino: Departamento Executivo de Gestão da Informação - DEGI

DESPACHO N.º 031/2025 - DTIN

I. Ciente do contido no presente caderno administrativo, o qual trata de solicitação da Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade da Polícia Militar do Paraná – DDTQ/PMPR (fls. 2 - mov.2), quanto a doação de 02 (dois) gateways de telefonia, a fim de atender demandas operacionais e administrativas da corporação,

II. Encaminhe-se ao **Departamento Executivo de Gestão da Informação** para análise quanto à disponibilidade dos equipamentos, a fim de atender a demanda.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Carlos Vitor Masaru Kaimoto,

Diretor de Tecnologia e Informação do DETRAN/PR, interino¹

____¹ PORTARIA n.º 137/2025 - DP

Documento: **Despacho032EP23.635.3907PoliciaMilitardoEstadodoParanaDoacaoGatewaysDEGI.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Carlos Vitor Masaru Kaimoto (XXX.954.549-XX)** em 14/03/2025 15:48 Local: DETRAN/DTD.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Paula Maria Quong Fernandes** em: 13/03/2025 16:26.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
66633aea5a9e50f453f5b4a31505aa5a.

Memorando nº 054/2025 DEGI/DOT

Curitiba, 18 de março de 2025

Assunto: Pedido de doação de 02 (dois) gateways de voz para a Polícia Militar - PM

Protocolo: 23.635.390-7

À DEAD,

Sr. Chefe de Departamento,

Tendo em vista o Ofício n.º 043/Sec. expedido pela Polícia Militar do Paraná, pelo qual o Exmo. Ten.Cel. QOPM Sthefano Roberto Janata solicita a doação de 02 (dois) gateways de voz para uso por aquela instituição, informamos a disponibilidade que segue:

ID	Categoria	Quantidade	Equipamento (Marca/Modelo)	Estado do equipamento	Patrimônio
1	Gateway de Voz	01	Khomp KMG 400 MS - 1E1	Bom Estado	100.002.386.139
2	Gateway de Voz	01	Khomp KMG 400 MS - 1E1	Bom Estado	100.002.386.172

Este Departamento Executivo de Gestão da Informação (DEGI) gerencia o estoque intermediário dos equipamentos de informática, efetuando seu controle e distribuição conforme a necessidade operacional e estratégias da Direção do órgão a todas as áreas e unidades de atendimento do Detran/PR.

Isso significa dizer que uma vez o equipamento classificado como “inativado” em nossos sistemas de controle, esse equipamento não mais é útil para o Detran/PR e é direcionado à guarda da DEAD/SEMP.

Cabe ressaltar que tal classificação pode se dar por inúmeros motivos, sendo por exemplo: Mal funcionamento, desatualização tecnológica, risco de segurança, avarias permanentes, defeitos, substituição por perda de garantia, entre outros que justifiquem o seu não uso dentro da estrutura do Detran/PR.

Salienta-se ainda que os equipamentos **não são acompanhados de monitor de vídeo**.

Ademais, a responsabilidade e conhecimento da situação de funcionamento dos equipamentos recaem a esta DEGI desde o momento de seu registro no sistema de controle (equipamento novo), durante seu uso (Ativo ou Bom estado), até a classificação de exclusão de uso (inativado), quando as condições desses equipamentos passam a não mais ser da competência/responsabilidade desta área técnica.

Por fim, uma vez o equipamento estando disponível à DEAD/SEMP significa que tal bem está apto a ser doado, possibilitando ao solicitante em visita ao Detran/PR, avaliar as condições dos equipamentos para uso ou fins a que se prezam, motivo pelo qual nos isentamos em opinar sobre o estado do bem em questão.

Para o caso em tela, informamos que a listagem dos equipamentos encontra-se no campo anexo do protocolado, bem como estão sob a guarda desta DEGI até sua retirada ou separação, SMJ.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

(Data e assinatura eletrônica no rodapé)

Carlos Henrique Muller Ziviani
Setor de Infraestrutura

(Data e assinatura eletrônica no rodapé)

Farid Gelasco Malschitzky
Divisão de Operações Tecnológicas

De acordo,

(Data e assinatura eletrônica no rodapé)

Giolvane Ferreira
Chefe do Departamento Executivo de
Gestão da Informação - DEGI

Documento: **054MemoDEADDoacaode02gatewaysdevozparaaPM.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Farid Gelasco Malschitzky (XXX.359.639-XX)** em 18/03/2025 16:34 Local: DETRAN/DOT, **Carlos Henrique Muller Ziviani (XXX.948.319-XX)** em 18/03/2025 16:46 Local: DETRAN/DOT, **Giolvane Ferreira (XXX.621.209-XX)** em 18/03/2025 16:54 Local: DETRAN/COOGI.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Farid Gelasco Malschitzky** em: 18/03/2025 16:34.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
3d8fcb3f76259ae6af149b63ffbf98d5.

TERMO DE EMPRÉSTIMO DE EQUIPAMENTO

Nº 560

COOGI – COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Destino:	PMPR - SEDE GETÚLIO VARGAS	Data devolução:	01/04/2027
Funcionário:	FABRICIO FERREIRA PINHEIRO	CPF:	
	Chamado:	Protocolo:	23.653.390-7

Considerando o contido na Ordem de Serviço n.º 001/2021, que estabelece os critérios para a disponibilização, utilização e controle dos equipamentos de informática, o Setor de Infraestrutura Tecnológica da Coordenadoria de Gestão da Informação registra neste ato a ENTREGA do equipamento (s) abaixo para utilização restrita e exclusiva na execução das atividades profissionais do SETOR/COORDENADORIA a qual se destina.

O equipamento mencionado acima fica cedido à coordenadoria/setor solicitante, com carga patrimonial atribuída em sistema, porém SOB RESPONSABILIDADE do servidor à quem for destinada sua utilização.

Nas ocasiões em que houver a solicitação de devolução para atualizações, manutenções preventivas e corretivas, ou à critério da área técnica, ou ainda, nas hipóteses de transferência e/ou afastamento do funcionário, a entrega dos equipamentos deverá ser procedida pelo responsável no prazo máximo de 48h.

Nesse ato, o Coordenador/Chefe de Unidade declara estar ciente de que compete a si a imediata comunicação à COOGI de eventuais alterações quanto ao operador a que se destina o equipamento, assim como demais ocorrências que interfiram no controle patrimonial e técnico.

Cumprе salientar que de acordo com o contido no Estatuto do servidor do estado do Paraná, e legislações complementares, é dever do servidor:

- Zelar pela economia do material da instituição e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização.
- O servidor é responsável pelas irregularidades a que der causa e pelos prejuízos delas resultantes.
- Todo servidor poderá ser chamado à responsabilidade pelo dano que dolosamente ou culposamente, causar ao equipamento que lhe foi confiado.
- Os equipamentos abaixo relacionados são para uso exclusivo profissional, sendo vedado sua utilização para fins pessoais e adversos à função que exerce.

ID	PATRIMONIO	CATEGORIA	MARCA	ESTADO	QTDE
1	100002386139	GATEWAY DE VOZ	KHOMP - KMG 400 MS com 1E1 VOIP	EMPRESTADO	1
2	100002386172	GATEWAY DE VOZ	KHOMP - KMG 400 MS com 1E1 VOIP	EMPRESTADO	1

Ao assinar o presente Termo o (a) servidor (a), juntamente com o gestor da área destinatária, assumem total responsabilidade pela guarda e utilização do equipamento supra citado, inclusive a reposição do mesmo em caso de roubo, furto, depreciação ou dano, sob pena de responsabilização administrativa em caso de descumprimento.

O servidor (a) compromete-se ainda à comunicar imediatamente esta Coordenadoria através de chamado técnico qualquer situação que venha ocorrer, e em caso em que seja necessário manutenção ao equipamento, o mesmo deverá ser entregue pessoalmente na sede da COOGI, respeitando-se os horários de atendimento.

Observação: Solicitação de doação de 2 gatways de voz. Empréstimo em caráter precário, até que tramite o processo de transferência de patrimônio pela DEAD.

Curitiba: Terça-feira 01 Abril 2025

FABRICIO FERREIRA PINHEIRO COOGI - INFRAESTRUTURA COORDENADOR / GESTOR



Documento: **Termo01042025030101farid.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **1º Ten. Qopm Fabricio Ferreira Pinheiro (XXX.185.719-XX)** em 01/04/2025 16:13 Local: DDTQ/REDES, **Farid Gelasco Malschitzky (XXX.359.639-XX)** em 01/04/2025 17:01 Local: DETRAN/COOGI.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 01/04/2025 15:53.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
b41aa79d3878202d1297ee49fa045ae.

INFORMAÇÃO Nº 022/2025-DEAD

De modo a cumprir na íntegra os Requisitos Gerais e complementar a Lista de Verificação, para que possa ser confeccionado o processo de doação dos itens desnecessários deste Detran/PR, a Comissão para Avaliação de Inservibilidade/Desnecessidade dos bens permanentes deste Departamento encaminha os seguintes itens:

01. Existência de interesse público devidamente justificado (art. 76, caput, da Lei nº 14.133/2021).

Em conformidade com o que determina a lei acima referenciada, informamos que todos os itens a serem doados foram considerados desnecessários a este Detran/PR (os bens destinados à doação são aqueles que foram apontados pela Comissão para Avaliação de Inservibilidade/Desnecessidade dos bens permanentes deste Departamento, (após cumpridas as formalidades legais), e serão destinados a **PMPR/DDTQ - POLÍCIA MILITAR - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E QUALIDADE** que está apta a receber os bens desnecessários a este Departamento. Ressaltamos que não haverá, no processo de doação proposto, qualquer dispêndio de recursos orçamentários e financeiros por parte do Detran/PR. Os bens dados em doação, que atualmente ocupam espaço físico no Barracão do Setor de Patrimônio deste Departamento, certamente terão melhor destinação se atenderem a outros órgãos da administração pública que deles ainda possam se utilizar tornando-os úteis nas suas instituições, justificando-se desta forma a presente doação.

02. Prévia avaliação, visando a definição do preço mínimo, do(s) bem(ns) que se pretende doar (art. 76, caput, da Lei nº 14.133/2021).

A avaliação foi feita e consta da relação dos bens a serem doados (anexo a esse processo) na coluna valor contabil.

03. Justificativa contendo avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica da doação, abordando as razões para o preterimento de outra forma de alienação (art. 76, II, “a”, da Lei nº 14.133/2021).

A avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica da doação, preterindo-se outras formas de alienação, tais como: venda, leilão, permuta ou doação em pagamento, se deve ao fato de que os bens a serem doados foram considerados desnecessários e tem valor venal ínfimo, e portanto sua doação a outro órgão da Administração Pública que deles possam se utilizar, é tão ou mais valioso ao interesse público do que se estes bens desnecessários estivessem inseridos em outra forma de alienação.

Sendo o que se apresentava, informamos que os demais requisitos estão atendidos ao longo do presente processo protocolado.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)
Ana Silvia Amorim Drewello
Presidente da Comissão

(Assinado eletronicamente)
Ednilson Mario Aguiar
Membro efetivo da comissão.

(Assinado eletronicamente)
Marcio Fernando Michaloski
Membro efetivo da comissão.

FORMULARIO 1224/2025.

Documento: **022DEADlistaderequisitospmpr.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Ednilson Mario Aguiar (XXX.339.509-XX)** em 11/04/2025 10:27, **Ana Silvia Amorim Drewello (XXX.188.999-XX)** em 11/04/2025 12:09 Local: DETRAN/DISAD, **Marcio Fernando Michaloski (XXX.643.869-XX)** em 14/04/2025 10:39.

Inserido ao documento **1.385.116** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 11/04/2025 10:27.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
c28fdb311865f889454a15c165984f51.

Documento: **022DEADlistaderequisitospmpr.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ednilson Mario Aguiar (XXX.339.509-XX)** em 14/04/2025 14:07 Local: DETRAN/SEMP.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 14/04/2025 14:05.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
e59f0f54476228c38ab8d8f4f9a3ab9a.

SETOR DE PATRIMÔNIO

Polícia Militar do Paraná

LOTE 01

ITEM	Nº DE PLAQUETA	DESCRIÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	CONTÁBIL
1	100002386139	GATEWAY	Bom	R\$ 303,67
2	100002386172	GATEWAY	Bom	R\$ 303,67
TOTAL GERAL				R\$ 607,34



Governo do Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
DETRAN/SEMP/DOAÇÃO
GESTÃO PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS



DECLARAÇÃO DE INSERVIBILIDADE/DESNECESSIDADE DE BEM MÓVEL	
Data	11/04/2025
Número	13853
Protocolo	
ÓRGÃO/ENTIDADE	
Nome Completo	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
CNPJ	78.206.513/0001-40
Endereço	Avenida Victor Ferreira do Amaral 2940
Município	Curitiba
Representante Legal	ADRIANO MARCOS FURTADO
UNIDADE RESPONSÁVEL	
Nome Completo	DETRAN/SEMP/DOAÇÃO
Endereço	Rua Dezenove de Novembro 107
Município	Pinhais
Responsável Legal	EDNILSON MARIO AGUIAR
COMISSÃO DE INSERVIBILIDADE/DESNECESSIDADE	
Resolução	868/2024
Data da Resolução	09/05/2024
Publicação	11658
Data da Publicação	13/05/2024
Nome do Presidente	ANA SILVIA AMORIM DREWELLO / 59095226
Nome da Comissão	
Nome Completo	EDNILSON MARIO AGUIAR / 40413170
Nome Completo	MARCIO FERNANDO MICHALOSKI / 69845207
Hora da reunião	16:00
Data da Reunião:	15/04/2025
Local da Reunião:	Rua Dezenove de Novembro, 107
Justificativa	
A Comissão integrada pelos membros, designados pela Portaria n.º 828/2024 de 09/05/2024, procedeu a vistoria e a análise dos bens, listados neste Termo, os quais encontram-se na Departamento Executivo de Administração, Setor de Patrimônio, considerando os mesmos desnecessários para o Departamento.	

FORMULARIO 1225/2025. Assinatura Avançada realizada por: **Ednilson Mario Aguiar (XXX.339.509-XX)** em 11/04/2025 10:31. Inserido ao documento **1.388.621** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 11/04/2025 10:31. Demais assinaturas na última folha. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **a4fd07fcf1533ccc3df7eb8180121af3**.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 14/04/2025 14:05. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **41769b80512459449cf4a45ccc3ac587**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO LEVANTAMENTO

A COMISSÃO DE INSERVIBILIDADE/DESNECESSIDADE declara, para fins de direito, que procedeu o levantamento do(s) bem(ns) móvel(is) discriminado(s) a seguir:

Nº	Plaqueta	Descrição do Item	Estado de Conservação	Vida Útil Futura	Situação Patrimonial	Valor Líquido
1	100002386139	GATEWAY KHOMP KMG 200MS - 01 E1 (BNC)	Bom		Ocioso	R\$ 303,67
2	100002386172	GATEWAY KHOMP KMG 200MS - 01 E1 (BNC)	Bom		Ocioso	R\$ 303,67
TOTAL:						R\$ 607,34

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DECLARAÇÃO

A COMISSÃO DE INSERVIBILIDADE/DESNECESSIDADE declara que os bem(ns) móvel(is) discriminado(s) na CLÁUSULA PRIMEIRA, encontra(m)-se INSERVÍVEL(IS)/DESNECESSÁRIO(S), por não mais atender(em) às finalidades públicas deste ÓRGÃO/ENTIDADE.

INSERVÍVEL: Que se encontram em situação de desuso pela Administração Estadual, decorrente de sua obsolescência, manutenção antieconômica, sucateamento e/ou inadequação aos padrões técnicos ou ergonômicos vigentes.

DESNECESSÁRIO: Não há emprego direto a um serviço público estadual, independentemente de seu estado de conservação ou de sua operacionalidade (§ 1º e 2º do art. 619 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO E CASOS OMISSOS

O termo é regido pelo Decreto Estadual n.º 4336/2009 pelo Decreto Estadual n.º 10.086/2022, aplicando-se subsidiariamente o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

As partes se comprometem a manter sigilo com relação às informações obtidas no desenvolvimento dos objetivos do presente Termo, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto Estadual nº 6.474/2020. Nos casos omissos, são aplicáveis as disposições da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, no que couber.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANA SILVIA AMORIM DREWELLO

EDNILSON MARIO AGUIAR

MARCIO FERNANDO MICHALOSKI

FORMULARIO 1225/2025.

Documento: **desnPM.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Ednilson Mario Aguiar (XXX.339.509-XX)** em 11/04/2025 10:31, **Ana Silvia Amorim Drewello (XXX.188.999-XX)** em 11/04/2025 12:09 Local: DETRAN/DISAD, **Marcio Fernando Michaloski (XXX.643.869-XX)** em 14/04/2025 10:42.

Inserido ao documento **1.388.621** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 11/04/2025 10:31.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a4fd07fcf1533ccc3df7eb8180121af3.

PORTARIA N.º 828/2024 - DP

Súmula: Designar servidores para atuar como membros da Comissão Permanente para Avaliação de Inservibilidade ou Desnecessidade de Bens deste Departamento, classificados como “permanentes”.do DETRAN/PR.

O **DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei n.º 7811 de 29 de dezembro de 1983, e, considerando:

- a) o contido no art. 2º, incisos I e II, do Decreto n.º 4.336 de 25 de fevereiro de 2009 alterado pelo Decreto 12.497 de 24 de outubro de 2022;
- b) o contido no art. 18º, parágrafo 5º, do Decreto n.º 2.819 de 14 de julho de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores vinculados ao órgão DETRAN/PR, para compor a Comissão Permanente para Avaliação de Inservibilidade ou Desnecessidade de Bens, considerados inservíveis ou desnecessários ao Departamento, bem como, reavaliar ou depreciar o valor dos bens patrimoniados por ocasião da desincorporação dos mesmos, observadas as formalidades legais.

Art. 2º - Designar **Ana Silvia Amorim Drewello** - RG n.º [REDACTED] estatutária, **Ednilson Mario Aguiar** - RG n.º [REDACTED], estatutário, **Marcio Fernando Michaloski**, R.G. n.º [REDACTED], estatutário, para compor a Comissão como membros efetivos, cabendo a primeira a Presidência e, ao segundo, a substituição do Presidente em suas ausências e impedimentos.

Art. 3º - Designar **Andréa de Souza Xavier**, R.G. [REDACTED], e **Cristiana Felipe de Souza**, R.G. [REDACTED], estatutárias, para comporem a Comissão como membros suplentes.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, ficando revogada a Portaria n.º 007/2018 – DG.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

Portaria - DP - Detran 828/2024.

Documento: **Portaria8282024DPComissaoInservibilidadeouDesnecessidade.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Adriano Marcos Furtado (XXX.204.609-XX)** em 09/05/2024 13:22 Local: DETRAN/DP.

Inserido ao documento **818.972** por: **Ana Silvia Amorim Drewello** em: 08/05/2024 17:04.



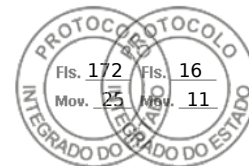
Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
dfcb2d40aa23392539b64376677dd251.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035925957-35

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **76.416.932/0001-81**

Nome: **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA**

Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

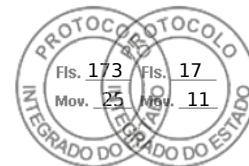
Válida até 31/05/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 11.937.357

CNPJ: 76.416.932/0001-81

Nome: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 10:00 do dia 31/01/2025.

Código de autenticidade da certidão: 1AB387BDA7B0480F0A83073D5CD05B0317

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 01/05/2025 – Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.

Inserido ao protocolo **23.307.101-3** por: **Fillipe Salles dos Santos** em: 03/02/2025 11:54. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **8429640d4f3de1ee494cb63d0fab48d3**.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 14/04/2025 14:06. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **eeb54baab5406d15e95e0e44c372ba24**.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 76.416.932/0001-81
Razão Social: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
Endereço: RUA DEP MARIO DE BARROS SN ED CAETANO M ROCHA / CENTRO CIVICO / CURITIBA / PR / 80530-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/01/2025 a 13/02/2025

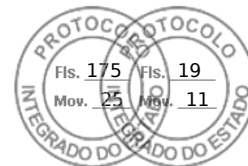
Certificação Número: 2025011501410513966870

Informação obtida em 31/01/2025 09:50:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
CNPJ: 76.416.932/0001-81

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:26:28 do dia 24/12/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/06/2025.

Código de controle da certidão: **6FE7.49F6.BD4D.F006**

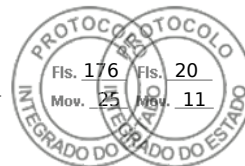
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Inserido ao protocolo **23.307.101-3** por: **Fillipe Salles dos Santos** em: 03/02/2025 11:54. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **8429640d4f3de1ee494cb63d0fab48d3**.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 14/04/2025 14:06. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **eeb54baab5406d15e95e0e44c372ba24**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 76.416.932/0001-81
Certidão nº: 5744664/2025
Expedição: 31/01/2025, às 09:55:16
Validade: 30/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.416.932/0001-81**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Inserido ao protocolo **23.307.101-3** por: **Fillipe Salles dos Santos** em: 03/02/2025 11:54. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **8429640d4f3de1ee494cb63d0fab48d3**.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 14/04/2025 14:06. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **eeb54baab5406d15e95e0e44c372ba24**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
CNPJ: 76.416.932/0001-81

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:26:28 do dia 24/12/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/06/2025.

Código de controle da certidão: **6FE7.49F6.BD4D.F006**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.416.932/0001-81
Razão Social: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
Endereço: RUA DEP MARIO DE BARROS SN ED CAETANO M ROCHA / CENTRO CIVICO / CURITIBA / PR / 80530-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/04/2025 a 30/04/2025

Certificação Número: 2025040118360513966870

Informação obtida em 10/04/2025 16:04:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.416.932/0001-81

Certidão nº: 20473822/2025

Expedição: 10/04/2025, às 15:49:10

Validade: 07/10/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.416.932/0001-81**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
SETOR DE MATERIAL PERMANENTE

Protocolo: 23.635.390-7
Assunto: Solicitação Gateway de Telefonia
Interessado: POLICIA MILITAR DO PARANA
Data: 14/04/2025 14:08

DESPACHO

AO SECO

Para providencias

Ednilson Aguiar
DEAD/SEPA.

Documento: **DESPACHO_1.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ednilson Mario Aguiar (XXX.339.509-XX)** em 14/04/2025 14:08 Local: DETRAN/SEMP.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 14/04/2025 14:08.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a45b1a0c229c2e6817c809dcb6515b7e.

Casa Civil

DETRAN

PORTARIA Nº 844/2024 – DP
O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 147 e 148 da Lei n.º 9503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 927/2022 de 28 de março de 2022, que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento de entidades públicas e privadas;
CONSIDERANDO o disposto na NBR 14970 da ABNT de julho de 2003, que estabelece os requisitos de dirigibilidade; as diretrizes para a avaliação clínica de condutor com mobilidade reduzida; e as diretrizes para avaliação do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado;
CONSIDERANDO o Edital de Credenciamento nº 01/2021, publicada no Diário Oficial nº 11030, de 05/10/2021, de Credenciamento de Clínicas Médicas e Psicológicas para realização de Exame de Sanidade Física e Mental e Avaliação Psicológica e de Exame Médico Especial aos candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, renovação exames e outros exigidos pelo Detran/PR.
RESOLVE:
Artigo 1.º Autorizar a realização de Exame Médico Especial ao candidato com mobilidade reduzida, a ser realizado na CLINICA CENTRALMED PSICOLOGIA E MEDICINA LTDA – CNPJ 11.446.086/0001-05, sito à Rua Joaquim da Silva Reis, 58, CEP 84.900-000, na cidade de Ibaiti – Paraná
Artigo 2.º Os Exames Médicos Especiais serão realizados por Junta Médica Especial designada neste ato em nome dos Médicos Peritos Dr. Walter Kiyoshi Iamamoto – CRM 22428/PR, Dr. Hélio Lemes Queiroz – CRM 22516/PR e Dra. Larissa Siqueira Krezinski Balmant – CRM 39011/PR.
Artigo 3.º A Junta Médica Especial poderá dar início aos atendimentos a partir da data de publicação desta portaria, e esta portaria vigorará enquanto a clínica estiver devidamente credenciada neste Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.
Artigo 4.º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.
Curitiba, 06 de maio de 2024.

Adriano Furtado
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

48442/2024

EXTRATO DA PORTARIA Nº 828/2024-DP
Súmula: Designar servidores para atuar como membros da Comissão Permanente para Avaliação de Inservibilidade ou Desnecessidade de Bens deste Departamento, classificados como "permanentes".do DETRAN/PR.
O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 7811 de 29 de dezembro de 1983, e, considerando:
a) o contido no art. 2º, incisos I e II, do Decreto nº 4.336 de 25 de fevereiro de 2009 alterado pelo Decreto 12.497 de 24 de outubro de 2022;
b) o contido no art. 18º, parágrafo 5º, do Decreto nº 2.819 de 14 de julho de 2023;
RESOLVE
Art. 1º - Designar os servidores vinculados ao órgão DETRAN/PR, para compor a Comissão Permanente para Avaliação de Inservibilidade ou Desnecessidade de Bens, considerados inservíveis ou desnecessários ao Departamento, bem como, reavaliar ou depreciar o valor dos bens patrimoniados por ocasião da desincorporação dos mesmos, observadas as formalidades legais.
Art. 2º - Designar Ana Sílvia Amorim Drewello - RG nº [REDACTED], estatutária, Ednilson Mario Aguiar - RG nº [REDACTED], estatutário, Marcio Fernando Michaloski, R.G. nº [REDACTED], estatutário, para compor a Comissão como membros efetivos, cabendo a primeira a Presidência e, ao segundo, a substituição do Presidente em suas ausências e impedimentos.
Art. 3º - Designar Andréa de Souza Xavier, R.G. [REDACTED], e Cristiana Felipe de Souza, R.G. [REDACTED], estatutárias, para comporem a Comissão como membros suplentes.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, ficando revogada a Portaria n.º 007/2018 – DG.

Curitiba, 09 de maio de 2024
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

49188/2024

PORTARIA N.º 865/2024-DP

Súmula: Designar servidores para atuar na gestão e/ou na fiscalização dos contratos administrativos firmados pelo órgão.
O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento aos demais diplomas legais aplicados à espécie, e, **CONSIDERANDO:**

- a) O disposto no Arts. 7 e 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, Artigo 3 Do Decreto nº 10.086/2022.
b) O disposto no Protocolo nº. 20.783.450-5.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores deste Departamento de Trânsito do Paraná, constantes do Anexo I desta Portaria, para atuarem como Fiscais Setoriais dos Contratos nºs 10/2024 e 13/2024, que tem por objeto, a contratação de empresa especializada para serviços continuados de **manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado** instalados em todas as Ciretrans do Estado do Paraná.
Art. 2º - Compete aos fiscais setoriais, a realização do curso "Série Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos", da Escola de Gestão Pública – EGP no site: www1.tce.pr.gov.br/EGP/Home, para o correto desempenho das funções designadas.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

ANEXO I DA PORTARIA N.º 865/2024-DP

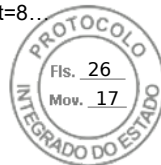
Contratos – Empresa GDC GESTÃO DE CONTRATOS E CLIMATIZAÇÃO LTDA				
Contrato	Ciretran/ Posto	Fiscal Setorial	RG	CPF
10/2024	Araucária	Ariadne Silva Duffeck	[REDACTED]	[REDACTED]
13/2024	Jandaia do Sul	Everton Rodrigo da Silva	[REDACTED]	[REDACTED]

49129/2024

PORTARIA CONJUNTA N.º 001/2024 – DETRAN e SEED

Designar servidores para atuar como membros da Comissão Interdisciplinar para estudos específicos da viabilidade técnica, operacional e financeira do Projeto para implantação da Resolução 265/2007-CONTRAN no âmbito do Estado do Paraná.
O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 7811 de 29 de dezembro de 1983,
O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 5.º da Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023,
Considerando o contido no bojo do caderno eletrônico sob nº 21.628.033-4,
RESOLVEM:

Art. 1º. Instituir no âmbito do DETRAN/PR e da SEED, a Comissão de Estudo de Viabilidade Técnica, Operacional e Financeira para a implementação da Resolução nº 265/2007-CONTRAN, que dispõe acerca da formação teórico-técnica no Ensino Médio, com ênfase na CNH SOCIAL.
Art. 2º. Designar os seguintes membros para compor a Comissão de Estudo de Viabilidade de Projeto, sem prejuízo de suas atribuições:
I. Andresa Souto Favaretto – Coordenadoria de Habilitação – COOHA
II. Fabiana Paim Andrade Curi – Escola Pública de Trânsito – EPT
III. Michael Chrystian Bogo – EPT
IV. Alanna Carolina de Lima Hubert – Assessoria Técnica – AT
V. Daisy Brudeck Artigas – DP



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#)[voltar](#)

Exibir Ato

[Página para impressão](#)[Decreto 56 - 5 de Janeiro de 2023](#)[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#)

Publicado no [Diário Oficial nº. 11332](#) de 5 de Janeiro de 2023

Súmula: Nomeia ADRIANO MARCOS FURTADO, para o cargo de Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, ADRIANO MARCOS FURTADO, RG nº 5.967.795-0, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor Presidente – Símbolo DG-1, do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 05 de janeiro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





DECRETO Nº 0007

Nomeia ELISANDRO PIRES FRIGO, para o cargo de Secretário de Estado da Administração e da Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ELISANDRO PIRES FRIGO, RG nº [REDACTED], para exercer o cargo de Secretário de Estado da Administração e da Previdência, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 1º de janeiro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR JOÃO CARLOS ORTEGA
Governador do Estado Chefe da Casa Civil
9/2023

DECRETO Nº 0008

Designa SÉRGIO VIEIRA BENÍCIO, para a função de Chefe da Casa Militar – CM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, de acordo com o art. 4º da Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013, SÉRGIO VIEIRA BENÍCIO, RG nº [REDACTED] para exercer a função de gestão pública de Chefe da Casa Militar – Símbolo FG-1, da Casa Militar, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 1º de janeiro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR JOÃO CARLOS ORTEGA
Governador do Estado Chefe da Casa Civil
10/2023

DECRETO Nº 0009

Nomeia NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, para o cargo de Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, RG nº [REDACTED] para exercer o cargo de Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 1º de janeiro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR JOÃO CARLOS ORTEGA
Governador do Estado Chefe da Casa Civil
11/2023

DECRETO Nº 00010

Nomeia EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, para o cargo de Secretário de Estado das Cidades – SECID.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, RG nº [REDACTED] para exercer o cargo de Secretário de Estado das Cidades, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 1º de janeiro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR JOÃO CARLOS ORTEGA
Governador do Estado Chefe da Casa Civil
12/2023

DECRETO Nº 00011

Nomeia RONI MIRANDA VIEIRA, para o cargo de Secretário de Estado da Educação – SEED.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado RONI MIRANDA VIEIRA, RG nº 8.298.160-8, para exercer o cargo de Secretário de Estado da Educação, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 1º de janeiro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR JOÃO CARLOS ORTEGA
Governador do Estado Chefe da Casa Civil
13/2023

DECRETO Nº 00012

Nomeia HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA, para o cargo de Secretário de Estado da Segurança Pública – SESP.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA, RG nº [REDACTED] para exercer o cargo de Secretário de Estado da Segurança Pública, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 1º de janeiro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR JOÃO CARLOS ORTEGA
Governador do Estado Chefe da Casa Civil
14/2023

DECRETO Nº 00013

Nomeação de CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO para o cargo de Secretário de Estado da Saúde – SESA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, RG nº [REDACTED] 7, para exercer o cargo de Secretário de Estado da Saúde, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 1º de janeiro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR JOÃO CARLOS ORTEGA
Governador do Estado Chefe da Casa Civil
15/2023

DECRETO Nº 00014

Nomeia DARLAN SCALCO, para exercer o cargo de Assessor Especial da Governadoria – Símbolo AE-1 e designa para exercer a função de Chefe de Gabinete do Governador.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, DARLAN SCALCO, RG nº [REDACTED] para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Especial da Governadoria – Símbolo AE-1, a partir de 1º de janeiro de 2023, ficando designado para exercer a função de Chefe de Gabinete do Governador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 1º de janeiro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR JOÃO CARLOS ORTEGA
Governador do Estado Chefe da Casa Civil
160/2023

DECRETO Nº 00015

Nomeia LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA, para o cargo de Secretária de Estado da Cultura – SEEC.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA, RG nº 5.531.244-3, para exercer o cargo de Secretária de Estado da Cultura, a partir de 1º de janeiro de 2023.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ Nº: 76.416.932/0001-81

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É **CERTIFICADO**, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA** ESTÁ EM SITUAÇÃO **REGULAR** PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 09/06/2025, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.



Tribunal de Contas do Estado do
Paraná

Código de controle **5324.UHHU.0148**
Emitida em **10/04/2025** às **16:31:48**

Dados transmitidos de forma segura.

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E/OU DESNECESSÁRIOS
N.º 027/2025

Termo de Doação de Bens Móveis Inservíveis e/ou Desnecessários que celebram o DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR e o Estado do Paraná por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP.

O **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR**, com sede à Av. Victor Ferreira do Amaral, 2940 – Capão da Imbuía – Curitiba/PR, CEP 82.800-900, inscrito no CNPJ/MF n.º 78.206.503/0001-40, neste ato representado pelo Diretor-Presidente, Sr. Adriano Marcos Furtado, nomeado pelo Decreto n.º 56/2023, doravante denominado **DOADOR**, e o **Estado do Paraná** por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP**, inscrito no CNPJ/MF n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado pelo Secretário, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, nomeado pelo Decreto n.º 00012/2023, doravante denominado **DONATÁRIO**, ajustam o presente **TERMO DE DOAÇÃO DE BEM(NS) MÓVEL(IS) INSERVÍVEIS E/OU DESNECESSÁRIOS**, com fundamento no artigo 76, inciso II, alínea “a” da Lei Federal n.º 14.133/2021; no artigo 610, inciso II, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 10.086/2022; no artigo 1º da Lei Estadual nº 20.790/2021; no Decreto Estadual nº 4.336/2009, com redação parcialmente alterada pelo Decreto Estadual nº 8.561/2017; conforme condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS BENS DOADOS

O **DOADOR** declara, para fins de direito, que é proprietário do bem móvel discriminado a seguir:

ITEM	Nº DE PLAQUETA	DESCRIÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
1	100002386139	GATEWAY	BOM
2	100002386172	GATEWAY	BOM

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O **DOADOR** transfere gratuitamente ao **DONATÁRIO** a propriedade dos bens móveis discriminados na Cláusula Primeira deste Termo de Doação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO

Compromete-se o **DONATÁRIO** a efetuar a retirada dos bens móveis discriminados na Cláusula Primeira, no estado em que se encontram, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da assinatura deste Termo de Doação.

Parágrafo Único. O **DONATÁRIO** é responsável por todos os encargos relativos à retirada dos bens do local onde se encontram, bem como por todas as despesas de transporte e pelos eventuais riscos e prejuízos decorrentes de seu manuseio, inclusive em relação a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - DA DESTINAÇÃO DO(S) BEM(NS)

O **DONATÁRIO** compromete-se, em observância ao que o dispõe o art. 610, inciso II, alínea "a" do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e o artigo 76, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, a destinar os bens, exclusivamente, para a consecução da seguinte finalidade de interesse social: **Considerando a necessidade da utilização do serviço de telefonia fixa pelas Unidades da Polícia Militar, a disponibilização de dois gateways de telefonia visa atender essas demandas, promovendo maior eficiência nas atividades administrativas e operacionais da PMPR, em benefício da população e do público interno.**

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE

O **DONATÁRIO** responde pela utilização e conservação dos bens nas esferas administrativa, civil e criminal, desde a data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O **DOADOR** providenciará a publicação do extrato deste Termo de Doação no Diário Oficial do Estado, conforme o art. n.º 184, inciso II, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir todas as questões oriundas deste Termo de Doação.

Por estarem de acordo, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com a presença de 02 (duas) testemunhas.

Curitiba, datado eletronicamente.

Adriano Marcos Furtado
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado

TESTEMUNHA 1

NOME:

TESTEMUNHA 2

NOME:

ANEXO DO TERMO DE DOAÇÃO
TERMO DE ENTREGA DE BEM(NS) MÓVEL(IS) INSERVÍVEL(IS) E/OU
DESNECESSÁRIO(S)

A **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA – SESP**, inscrito no CNPJ/MF n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado pelo **XXXXXXXX**, Sr. **XXXXXXXXXX**, declara ter recebido, nesta data, do Senhor(a) **XXXXXXXX** ocupante do cargo de **XXXXXXXXXX**, lotado no **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR**, os bens móveis abaixo identificados, para a destinação prevista na Cláusula Quarta do Termo de Doação de Bens Móveis Inservíveis e/ou Desnecessários n.º 26/2025.

ITEM	Nº DE PLAQUETA	DESCRIÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
1	100002386139	GATEWAY	BOM
2	100002386172	GATEWAY	BOM

Curitiba, datado eletronicamente.

SERVIDOR ESTADUAL

DONATÁRIO

Protocolo nº 23.635.390-7 (página 1 de 2)

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE TERMO DE DOAÇÃO DE BEM(NS) MÓVEL(IS)
INSERVÍVEL(IS) E/OU DESNECESSÁRIO(S)**

Protocolo n.º 23.635.390-7

Termo de Doação n.º 027/2025

DOCUMENTOS DE INSTRUÇÃO		
1.	Solicitação da autoridade competente da Secretaria, justificando a necessidade do(s) bem(ns), bem como indicando a finalidade e uso de interesse social a que se destinará(ão).	Fls. 02
2.	Justificativa técnica do Doador a respeito do interesse público da doação.	Fls. 07/08
3.	Termo de Inservibilidade ou Desnecessidade expedido pela Comissão competente, contendo: a) as especificações técnicas do bem a ser doado; b) o órgão de origem; c) as razões que determinaram a inservibilidade e/ou desnecessidade; d) o valor atribuído.	Fls. 11/12
4.	Cópia da Resolução de designação da Comissão de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade, constituída na forma do art. 2º, inc. I, do Decreto Estadual nº 4.336/2009.	Fls. 14
5.	Parecer Técnico do setor competente do Doador sobre a preferência da doação em relação à escolha de outra forma de alienação.	Fls. 07/08
6.	Minuta de Termo de Doação de Bem(ns) Móvel(is) Inservível(is) e/ou Desnecessário(s) para Secretaria, aprovada pelo Procurador-Geral do Estado e anexo respectivo.	Fls. 29/31
7.	Relação dos bens que serão doados, com os respectivos números de patrimônio e valores.	Fls. 10
8.	Certidão Liberatória do TCE/PR, <u>salvo</u> quando o(s) bem(ns) for(em) destinado(s) para ações relativas à educação, saúde e assistência social (art. 25, §§ 1º e 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF).	Fls. 28

DOCUMENTOS DE REGULARIDADE		
9.	Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, inclusive quanto aos débitos e às contribuições previdenciárias.	Fls. 21 Validade – 22/06/2025
10.	Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual do Paraná.	Fls. 16 Validade – 31/05/2025
11.	Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho.	Fls. 23 Validade – 07/10/2025
12.	Certificado de Regularidade com o FGTS.	Fls. 22 Validade – 30/04/2025

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Gabriela Lirman Barletta Mendes
Setor de Compras

Documento: **ListadeVerificacao.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gabriela Lirman Barletta Mendes (XXX.651.559-XX)** em 15/04/2025 15:37 Local: DETRAN/SECO.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Gabriela Lirman Barletta Mendes** em: 15/04/2025 15:36.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
466d77cd6c234af0de25bd2f5f16ecbb.

MEMORANDO N.º 487/2025/SECO/DISAD/DEAD

Curitiba, 15 de abril de 2025.

À Assessoria Técnica – DEAD/AT

Assunto: Cota Administrativa.

Encaminhamos para análise e avaliação, o processo protocolado n.º 23.635.390-7, referente a doação de 2 (dois) gateways de telefonia para a **Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP**, declarados inservíveis e desnecessários a esta Autarquia.

Solicitamos que o protocolo seja remetido à Procuradoria Geral do Estado, para Parecer Jurídico do Termo de Doação de bem móvel da Administração Direta/Indireta em favor da referida secretaria (fls. 29 a 31 / mov. 20) e da Lista de Verificação, uma vez que a referida doação não dispõe de minuta padronizada.

Atenciosamente,

(Assinado Eletronicamente)
Gabriela Lirman Barletta Mendes
Setor de Compras

De acordo,

(Assinado Eletronicamente)
Ana Silvia A. Drewello
Chefe da Divisão de Serviços Administrativos

Documento: **487ATDEADDoacaodegateway23.635.3907SESP.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gabriela Lirman Barletta Mendes (XXX.651.559-XX)** em 15/04/2025 15:41 Local: DETRAN/SECO, **Ana Silvia Amorim Drewello (XXX.188.999-XX)** em 16/04/2025 08:51 Local: DETRAN/DISAD.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Gabriela Lirman Barletta Mendes** em: 15/04/2025 15:41.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
de82112de08a1aa1b0f4617f362b3111.

ASSESSORIA DO DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO - DEAD

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

COTA ADMINISTRATIVA N.º 110/2025 – DEAD/AT

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOIS GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP

Trata-se de protocolo encaminhado pelo Setor de Compras, referente à formalização de procedimento de Dispensa de Licitação, com vistas a doação de dois gateways de telefonia para a Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP.

Tal pleito se faz necessário, considerando a necessidade da utilização do serviço de telefonia fixa pelas Unidades da Polícia Militar e a infraestrutura lógica de algumas edificações, que não comportam equipamentos e os serviços de telefonia fixa convencional, e a necessidade da utilização do serviço de telefonia fixa IP.

O processo encontra-se instaurado por meio do Ofício n.º 043/Sec de 2025, da Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade da Polícia Militar do Paraná – DDTQ/PMPR, no qual solicita doação dos gateways de telefonia.

O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal estabelece que os contratos de obras, serviços, compras e alienações, firmados pela Administração Pública, sejam, em regra, precedidos de licitação, a fim de assegurar a “igualdade de condições a todos os concorrentes”. Todavia, o mencionado dispositivo constitucional, faz expressa ressalva quanto à obrigatoriedade do certame nos “casos especificados na legislação”.

A Lei Federal n.º 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, possibilita a doação de bens móveis, na forma estabelecida na alínea “a”, II, do artigo 76:

Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

ASSESSORIA DO DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO - DEAD**PROTOCOLO N.º 23.635.390-7****COTA ADMINISTRATIVA N.º 110/2025 – DEAD/AT****ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOIS GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP**

(...)

II - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação;

Da mesma forma, o Decreto n.º 10.086/2022 que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133/2021 o âmbito do Estado do Paraná, assim dispõe:

Art. 610. A alienação de bens da Administração Pública do Estado do Paraná, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação, realizada de acordo com a Norma Brasileira de Regulamentação - NBR 14.653 ou norma que vier substituí-la, e obedecerá às seguintes normas:

(...)

II - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação, ou ainda em caso de inservibilidade ou desnecessidade;

Do exposto, a doação de bens móveis poderá ser feita mediante procedimento de dispensa de licitação, desde que precedida de procedimento administrativo que atenda aos ditames legais estabelecidos.

Contudo, uma vez que ainda não há minuta padronizada para proceder com o processo de doação por Dispensa de Licitação, nos termos da Resolução n.º 67/2022 – PGE, entende-se necessária a remessa do presente protocolo à Procuradoria-Geral do Estado, para análise e parecer jurídico, conforme estabelecido no Decreto n.º 9.830/2021, que transferiu a consultoria jurídica de interesse do Departamento à PGE.

ASSESSORIA DO DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO - DEAD

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

COTA ADMINISTRATIVA N.º 110/2025 – DEAD/AT

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOIS GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Giovanna Vidal Moreira

Estagiária do Departamento Executivo de Administração – DEAD

Ana Paula Graciano da Mota

Assessoria do Departamento Executivo de Administração – DEAD

- 1) De acordo com a Cota Administrativa;
- 2) Encaminhe-se à Procuradoria-Geral do Estado, para as providências subsequentes.

Thaís Oliveira Santa Clara
Assessora Técnica - AT

Documento: **Cota110.2025DoacaodegatewaysdetelefoniaSESP.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ana Paula Graciano da Mota (XXX.313.959-XX)** em 28/04/2025 08:42 Local: DETRAN/COAD/AT, **Giovanna Vidal Moreira (XXX.085.379-XX)** em 28/04/2025 13:02 Local: DETRAN/COAD/AT, **Thais Oliveira Santa Clara (XXX.183.039-XX)** em 30/04/2025 22:44 Local: DETRAN/AJU.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Ana Paula Graciano da Mota** em: 28/04/2025 08:42.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
852ab529da75aeb1a34b46f9f530442.

Ofício n.º 258/2025 – DP

Curitiba, 05 de maio de 2025.

Assunto: DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

Excelentíssimo Senhor Procurador,

Encaminhamos o processo protocolado sob o n.º **23.635.390-7**, visando a doação de 2 (dois) Gateways de telefonia para a a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Assim, nos termos do Decreto nº 9.830/2021, encaminhamos o presente feito à Procuradoria Geral do Estado, para análise e manifestação.

Sem mais, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se tornem necessários.

Atenciosamente,

Adriano Furtado
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

Ao Excelentíssimo Senhor Procurador
Igor Pires Gomes da Costa
Procurador-Chefe da Coordenadoria Consultiva | CCON – PGE
Sede II da PGE, Rua Paula Gomes, 110 - Curitiba – PR
CEP 80.510-070

Documento: **258PGEDoacaodeGatewaysdetelefoniaSESP.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Adriano Marcos Furtado** em 07/05/2025 19:20.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Giovanna Vidal Moreira** em: 05/05/2025 13:36.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
40b010be39eae9c66829e504a4fa60b9.



PROTOCOLO N.º 23.635.390-7.

INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR.

ASSUNTO: DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

DESPACHO N.º 271/2025 – PGE/CCON

À Procuradoria Consultiva de Concessões, Convênios e Parcerias,

Considerando a competência da Procuradoria Consultiva de Concessões, Convênios e Parcerias e aos Procuradores do Estado a ela vinculados, sob a coordenação da Coordenadoria do Consultivo, a consultoria jurídica da Procuradoria Geral do Estado, das Secretarias de Estado e dos entes da Administração, conforme o estabelecido no art. 44 do Regulamento da PGE, aprovado pelo Decreto n.º 2.709/2019, encaminho o presente protocolado que versa sobre solicitação, do Departamento de Trânsito do Paraná, de análise e manifestação acerca da *“doação de 2 (dois) Gateways de telefonia para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.”* (mov. 24).

À ordem do Coordenador do Consultivo,

Curitiba, *datado eletronicamente.*



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

INFORMAÇÃO Nº 117/2025 – PGE/PCP

1. O RELATÓRIO.

Trata-se de protocolo encaminhado a esta Procuradoria Especializada para fins de manifestação jurídica sobre a formalização de procedimento de Dispensa de Licitação, com vistas à doação de 2 (dois) gateways de telefonia, com valor estimado de R\$ 607,34 (seiscentos e sete reais e trinta e quatro centavos), para a SESP, considerando a necessidade da utilização do serviço de telefonia fixa pelas Unidades da Polícia Militar e a infraestrutura lógica de algumas edificações, que não comportam equipamentos e os serviços de telefonia fixa convencional, e a necessidade da utilização do serviço de telefonia fixa IP.

Declaração de Inservibilidade/Desnecessidade de Bem Móvel, mov. 9.

Deixa-se de elencar a totalidade dos documentos que instruem o Protocolado sendo certo que serão mencionados, se e quando necessários, no decorrer desta Informação.

É, em síntese, o relatório. Passa-se a opinar.

2. A FUNDAMENTAÇÃO.

2.1. As Considerações iniciais.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

A princípio, cabe destacar que a presente informação se cinge à opinião jurídica sobre o objeto da consulta, sem caráter vinculativo para a autoridade competente, não lhe competindo adentrar à conveniência e a oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa, orçamentário-financeira ou contábil, que são de competência dos subscritores que as emanaram. Em decorrência disso, a decisão da autoridade administrativa não está adstrita ao aqui manifestado.

Logo, este Órgão Consultivo efetua a análise sob o prisma jurídico, de modo a se pronunciar em relação à regularidade do pleito.

Outrossim, essa exposição toma por base, preponderantemente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Sob o aspecto formal, a consulta apresentada atende ao disposto no art. 2º do Regulamento da Procuradoria-geral do Estado¹, aprovado pelo Decreto n.º 2.709/2019.

2.2. O Contrato de doação como contrato privado da Administração e legislação incidente

¹ **Art. 2º** Os protocolos solicitando manifestações jurídicas à Procuradoria-Geral, no exercício da atribuição de consultoria e assessoramento, devem ser solicitados pelo Titular da Pasta ou da entidade da Administração Indireta e conter, ao menos, sob pena de não conhecimento:

I – as manifestações técnicas cabíveis;

II – a identificação precisa da controvérsia

III – a instrução do processo com os documentos indispensáveis para análise.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

Pois bem, a respeito do regime jurídico dos contratos firmados pela Administração Pública, é possível destacar uma vertente doutrinária que identifica um gênero, denominado “contratos da Administração”, que comporta todo e qualquer ajuste bilateral celebrado pela Administração, sendo espécies os “contratos administrativos” e os “contratos privados da Administração ou contratos semipúblicos”.²

No caso, a doação, espécie contratual típica do direito privado, regulamentada pelos arts. 538-564 do Código Civil, insere-se no rol dos contratos privados da Administração.

Sobre o instituto, o Código Civil assim o conceitua:

Art. 538. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra. (grifos nosso)

A doação se caracteriza pela natureza contratual³, estando pormenorizada no

² OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos: teoria e prática, 8 ed. – Rio de Janeiro: Método, 2020, p. 235-236; No mesmo sentido, Carvalho Filho, para quem “toda vez que o Estado – Administração firma compromissos recíprocos com terceiros, celebra um contrato. São esses contratos que se convencionou denominar de contratos da Administração, caracterizados pelo fato de que a Administração Pública figura num dos polos da relação contratual. Nota-se que a expressão tem sentido amplo e visa a alcançar todos os ajustes bilaterais firmados pela Administração. Desse modo, a noção corresponde a um gênero.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 33. ed. – São Paulo: Atlas, 2019, p. 1274-1275, grifo do autor e grifo nosso).

³ Segundo Pablo Stolze, na sua obra Contrato de doação, “Prevalece, entretanto, o entendimento de que a doação tem natureza contratual, uma vez que, por mais que sobreleve a figura do doador, o donatário deve aceitar, sob pena de não se formar o consentimento e o contrato ser considerado juridicamente inexistente.”. Adiante, o autor arrebata “No Brasil, todavia, a doação foi tratada como figura contratual típica, ao lado da compra e venda e de outros contratos nominados. A doação, nessa linha, é um negócio jurídico firmado entre doador e donatário, por força do qual o primeiro transfere bens, móveis ou imóveis, para o patrimônio do segundo, que os aceita, animado pelo propósito de beneficência ou liberalidade como elemento causal da avença.” (grifei) (GAGLIANO, Pablo Stolze. Contrato de doação – 5. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 14 e 17)



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

capítulo dos contratos em espécie; pelo animus donandi⁴, que retrata a intenção de fazer uma liberalidade, proporcionando ao donatário vantagem à custa do patrimônio do doador (elemento subjetivo); pela transferibilidade, isto é, pela transferência de bens para o patrimônio do donatário (elemento objetivo), sendo necessário que o donatário enriqueça e o doador empobreça; e pela aceitação do donatário.

Na situação analisada, tais requisitos se fazem presentes, uma vez que se detecta a intenção preliminar do Departamento Estadual de Trânsito em fazer a liberalidade, consoante se depreende tanto da Informação da Comissão para Avaliação de Inservibilidade/Desnecessidade dos bens permanentes (mov. 7), como da Declaração de Inservibilidade/Desnecessidade de bem móvel (mov. 9), bem como se verifica a pretensão de aceite da PMPR quanto ao recebimento dos bens a serem doados (fls. 2, mov. 2).

Por seu turno, a transferência só deverá ocorrer após o atendimento dos requisitos legais para a efetivação da doação.

Diferentemente dos particulares, que podem dispor dos seus bens livremente, a Administração Pública, por gerir bens públicos, os quais devem servir a anseios coletivos/sociais, deve atender a interesses públicos cabalmente demonstrados, razão pela

⁴ A respeito da liberalidade, Pablo Stolze afirma que “a pedra de toque desse contrato, é, sem dúvida, o animus donandi, ou seja, a intenção de beneficiar ou favorecer o donatário, por mera liberalidade.” (grifei) (GAGLIANO, Pablo Stolze. Contrato de doação – 5. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 14)



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

qual deve cumprir os requisitos normativos fixados no ordenamento jurídico a fim de que a doação não espelhe uma conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público.

2.2.1 Nessa toada, a Lei Estadual n.º 20.790/2021 ampara a doação a ser concretizada pelo Departamento de Trânsito do Paraná, na medida em que ela:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a doar ou ceder gratuitamente o uso de bens móveis que sejam considerados inservíveis ou desnecessários ao serviço público estadual, aos órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional da União, Estados ou Municípios, às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e aos serviços sociais autônomos criados e mantidos pelo Estado do Paraná.

Confrontando a hipótese em abstrato com os fatos em exame, observa-se uma perfeita subsunção entre eles, **o que inaugura legitimamente a doação em curso.**

Atendendo, pois, ao elemento da inservibilidade/desnecessidade dos bens móveis a serem doados, requerido pelo dispositivo supra transcrito, o DETRAN/PR acostou declaração atestando o respectivo *status* dos bens (mov. 7). Ainda, apresentou a publicação do ato de designação no Diário Oficial do Estado da nomeação da Comissão Interna responsável pela declaração de inservibilidade (mov. 16).

2.2.2 Lado outro, quanto aos termos da Informação n.º 022/2025 da Comissão Interna (mov. 7), há interesse público na doação, houve avaliação dos bens, objeto da



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

doação, e há justificativa contendo avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica da doação, abordando as razões para o preterimento de outra forma de alienação (art. 76, II, “a”, da Lei nº 14.133/2021).

2.2.3. Além da Lei n.º 20.790/2021, o Decreto n.º 4.336/2009 endossa a doação de bens móveis nos seguintes termos:

Art. 1º. Os bens móveis e outros classificados como material permanente de propriedade do Estado do Paraná que, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, forem considerados inservíveis ou desnecessários, poderão ser doados, para fins de interesse social, a órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional da União, de Estados ou de Municípios, assim como as entidades sem fins lucrativos, por ato do Secretário de Estado ou do Dirigente da Entidade da Administração Indireta a que estiverem patrimoniados.

Parágrafo único. Nos casos de bens recebidos em doação pela Secretaria de Estado da Cultura com a finalidade de serem repassados a órgãos e entidades citados no “caput”, que tenha entre seus objetivos a promoção da cultura, poderá o titular da Pasta autorizar a doação para fins de interesse social, observadas as disposições deste Decreto.

Os demais dispositivos do Decreto (arts. 2º e 3º) tratam sobre a formação da comissão que deve ser constituída para declarar a inservibilidade/desnecessidade, além da documentação que deve instruir o pleito, o que, s.m.j., foi observado no protocolado em exame.

Por fim, o art. 4º, alínea ‘b’, informa que deferida a doação, deverá “ser efetuada a devida baixa no patrimônio sob responsabilidade do órgão, no sistema informatizado dos



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

bens móveis".

2.2.4 Ato contínuo, no que toca à dicção do Decreto n.º 10.086/2022 acerca das hipóteses de licitação dispensada de bens móveis, vislumbra-se, s.m.j., que o objeto do caderno administrativo se coaduna à situação projetada no art. 610, inciso II⁵, alínea "a" do normativo, assim descrito:

Art. 610. A alienação de bens da Administração Pública do Estado do Paraná, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação, realizada de acordo com a Norma Brasileira de Regulamentação - NBR 14.653 ou norma que vier substituí-la, e obedecerá às seguintes normas:

I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

- a) doação em pagamento;
- b) doação, permitida, exclusivamente, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público, de qualquer esfera de governo, ou de personalidade jurídica de direito privado desde que organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, ou ainda para fins de assentamentos de caráter social;
- c) permuta por outros imóveis que atendam aos requisitos relacionados às finalidades precípuas da Administração, desde que a diferença apurada não ultrapasse a metade do valor do imóvel que será ofertado pelo Estado do Paraná, segundo avaliação prévia, e ocorra a torna de valores, sempre que for o caso;
- d) investidura;
- e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo;
- f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou

⁵ No art. 610 do Decreto 10.086/2022, o inciso I é, erroneamente, escrito duas vezes. Desse modo, o inciso que deveria ser o II, e que trata da dispensa de licitação de bem móvel em caso de doação, está escrito como I.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

efetivamente usados em programas de habitação ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública;

g) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis comerciais de âmbito local, com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e destinados a programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública;

I - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação, ou ainda em caso de inservibilidade ou desnecessidade;

b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;

d) venda de títulos, observada a legislação pertinente;

e) venda de bens produzidos ou comercializados por entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;

f) venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível por quem deles dispõe para outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

(...) (grifos nosso)

No que se refere à comprovação de que os bens doados serão utilizados para fins de uso do interesse social, o DETRAN, por intermédio da justificativa técnica relativa ao interesse público da doação (fl. 7, mov. 7), relatou que *“Em conformidade com o que determina a lei acima referenciada, informamos que todos os itens a serem doados foram considerados desnecessários a este Detran/PR (os bens destinados à doação são aqueles que foram apontados pela Comissão para Avaliação de Inservibilidade/Desnecessidade dos bens*



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

permanentes deste Departamento , (após cumpridas as formalidades legais), e serão destinados a PMPR/DDTQ - POLÍCIA MILITAR - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E QUALIDADE que está apta a receber os bens desnecessários a este Departamento. Ressaltamos que não haverá, no processo de doação proposto, qualquer dispêndio de recursos orçamentários e financeiros por parte do Detran/PR. Os bens dados em doação, que atualmente ocupam espaço físico no Barracão do Setor de Patrimônio deste Departamento, certamente terão melhor destinação se atenderem a outros órgãos da administração pública que deles ainda possam se utilizar tornando-os úteis nas suas instituições, justificando-se desta forma a presente doação.”, cumprindo, pois, tal requisito.

Em relação à desnecessidade dos bens, constata-se seu cumprimento, segundo se infere pelos documentos de mov. 9. – Declaração de Inservibilidade/Desnecessidade de Bem Móvel e Justificativa para a doação dos bens.

Ato contínuo, impende destacar que se tratando de procedimento de licitação dispensada, **deve o caderno administrativo ser instruído nos moldes do disposto no art. 148 e seguintes do Decreto n.º 10.086/2022⁶, no que for aplicável,** que dispõe sobre o

⁶ **Decreto n.º 10.086/2022**

Art.148 O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, além dos documentos previstos no art. 72 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, deverá ser instruído com os seguintes elementos:

I - indicação do dispositivo legal aplicável;
II - autorização do ordenador de despesa;



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

processo de contratação direta.

De mais a mais, cita-se ainda como fundamento da pretensão autárquica, o art. 619 do Decreto n.º 10.086/2022, segundo o qual “os bens móveis inservíveis ou considerados

III - consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná;

IV - no que couber, declarações exigidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, neste Regulamento ou em regulamentos específicos editados pela Administração Pública do Estado do Paraná;

V - lista de verificação, quando houver sido aprovada por ato próprio do Procurador-Geral do Estado, devidamente atestada e assinada pelos responsáveis pela condução do procedimento.

Art. 149. São competentes para autorizar a inexigibilidade e a dispensa de licitação as autoridades máximas dos órgãos e entidades públicas, admitida a delegação.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no que couber, aos processos de contratação direta.

Art.150. Na contratação direta por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Art. 151. Nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade, poderá ser utilizado o sistema de registro de preços, na forma prevista na Seção IV, do Capítulo XVII, do Título I, deste Regulamento.

Art.152. Fica dispensada a análise jurídica dos processos de contratação direta nas hipóteses previamente definidas por ato do Procurador-Geral do Estado do Paraná, nos termos do §5º, do art. 53 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Art.153. No caso de contratação direta, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial, deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato ou de seus aditamentos, como condição indispensável para a eficácia do ato.

§ 1º Os contratos e eventuais aditivos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo previsto no caput deste artigo, sob pena de nulidade.

§ 2º A divulgação de que trata o caput deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

desnecessários ao serviço público estadual poderão ser alienados de forma gratuita, observado o que dispuser a Lei”.

Quanto à natureza pública do bem da Autarquia estadual, relata-se o teor do art. 621 do Decreto n.º 10.086/2022, para o qual “são públicos, para os fins deste Regulamento, os bens móveis e imóveis titularizados pelo Estado e por pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Pública indireta, observado o disposto no art. 1º da Lei n. 14.133, 2021”, o que só respalda o procedimento percorrido para a concretização da doação.

2.3 O exame da minuta do Termo de Doação n. 027/2025

No que toca à minuta do termo de doação aportada às fls. 29/30, mov. 20, este atende aos critérios normativos, o que viabiliza sua aprovação.

3. A CONCLUSÃO

Ante o exposto, uma vez atendidas as sugestões registradas nesta Informação, o procedimento de doação estará em sintonia com as regras estabelecidas no ordenamento jurídico que dispõem sobre o assunto, razão pela qual esse Órgão Consultivo entende pela sua regularidade jurídica.

Encaminhe-se ao Departamento de Trânsito do Paraná para ciência e providências que entender cabíveis.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA DE CONCESSÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS – PCP

PROTOCOLO N.º 23.635.390-7

INFORMAÇÃO N.º 117/2025-PGE/PCP

INTERESSADOS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE GATEWAYS DE TELEFONIA PARA A SESP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

É a informação.

Curitiba, *datado digitalmente*.

(assinado eletronicamente)

Giovanna Borges

Assessora – PGE/PCP

(assinado eletronicamente)

ADNILTON JOSÉ CAETANO

Procurador-Chefe da PCP/PGE

Documento: **117Informacaon1172025DoacaodebemmoveldoDETRANparaSESP23.635.3907.docx.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Adnilton Jose Caetano** em 09/05/2025 15:29.

Assinatura Simples realizada por: **Giovanna Borges Polidoro (XXX.400.769-XX)** em 09/05/2025 14:57 Local: PGE/PCP.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Giovanna Borges Polidoro** em: 09/05/2025 14:56.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
63bc0a79e0255a4ebb539237be01981a.

INFORMAÇÃO N.º 040/2025 – SECO/DEAD

REFERENTE: Doação de gateways para a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, através da Dispensa de Licitação n.º 27/2025 – Protocolo n.º 23.635.390-7.

Respostas aos questionamentos constantes da Informação n.º 117/2025 – PGE/PCP.

Solicita que o caderno administrativo seja instruído nos moldes do disposto no art. 148 e seguintes do Decreto nº 10.086/2022, no que for aplicável:

Art. 148 do Decreto nº 10.086/2022	Aplicação
Inciso I - indicação do dispositivo legal aplicável:	O processo foi instruído pelo art. 76, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, que trata de doação.
Inciso II - autorização do ordenador de despesa;	A autorização será realizada na sequência, para que o Termo de Doação possa ser assinado.
Inciso III - consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná;	Não aplicável para o caso, por se tratar de doação de bens móveis para Órgão da Administração Pública Estadual.
Inciso IV - no que couber, declarações exigidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, neste Regulamento ou em regulamentos específicos editados pela Administração Pública do Estado do Paraná;	Não aplicável para o caso, por se tratar de doação para órgão da Administração Pública Estadual.
Inciso V - lista de Verificação, quando houver sido aprovada por ato próprio do Procurador-Geral do Estado, devidamente atestada e assinada pelos responsáveis pela condução do procedimento.	A Lista de Verificação está apensada ao livro do processo, fls. 32/33, mov. 21.
Arts. 149 ao 153 do Decreto nº 10.086/2022	Os artigos não se aplicam para a doação de bens móveis para Órgão da Administração Pública Estadual.

É o que tínhamos até o presente momento,

(Assinado Eletronicamente)
Thales Felipe Marangoni Tanan
Estagiário do Setor de Compras

Ciente,

(Assinado Eletronicamente)
Jussara De Oliveira
Chefe do Setor de Compras

Ciente,

(Assinado Eletronicamente)
Ana Silvia A. Drewello
Chefe da Divisão de Serviços Administrativos

Documento: **040InformacaoPGEDL272025DoacaodegatewaysparaaSESP.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Thales Felipe Marangoni Tanan (XXX.572.159-XX)** em 22/05/2025 13:49 Local: DETRAN/SECO, **Jussara de Oliveira (XXX.401.509-XX)** em 22/05/2025 14:28 Local: DETRAN/COAD, **Ana Silvia Amorim Drewello (XXX.188.999-XX)** em 23/05/2025 15:41 Local: DETRAN/COAD.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Thales Felipe Marangoni Tanan** em: 22/05/2025 13:49.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
8d6fa2da8826a5b8122886b7bbf4b79b.



Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 76.416.932/0001-81
Razão Social: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
Endereço: RUA DEP MARIO DE BARROS SN ED CAETANO M ROCHA / CENTRO CIVICO / CURITIBA / PR / 80530-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:09/05/2025 a 07/06/2025

Certificação Número: 2025050902360513966823

Informação obtida em 22/05/2025 13:51:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

DESPACHO N.º 142/2025 – SECO/DISAD/DEAD/DAFI/DP

- I. **AUTORIZO** a formalização do Termo de Doação de gateways, para a **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP – DDTQ/PMPR** através da Dispensa de Licitação n.º 027/2025, com fulcro no Art. 76, inciso II, alínea “a”, da Lei n.º 14.133/2021, conforme o contido neste processo protocolado n.º **23.635.390-7** em sua plena regularidade, atendendo às disposições contidas na legislação vigente
- II. Ao Departamento Executivo de Administração para as providências legais e cabíveis no sentido de viabilizar o processo.

Assinado eletronicamente

Adriano Furtado

Diretor-Presidente do DETRAN/PR

Protocolo n.º 23.635.390-7

Documento: **DespachoDPDL27.2025DoacaoSESP.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Adriano Marcos Furtado** em 23/05/2025 20:25.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Thales Felipe Marangoni Tanan** em: 22/05/2025 14:50.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ed155014c080b35c11edaa411eb949f2.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE
AVISO N.º 075/2025 - D
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
GMS n.º 56/2025 (CC
Compras.gov.br – n.º 90056/2025
EXTRATO DO ED
ABERTURA DE LICI

OBJETO: Contratação de Empresa de Consultoria Técnica de Supervisão e Apoio à Fiscalização e Duplicação e Restauração da Rodovia PR-317, extensão de 21,82 km, no âmbito da Superintendência do DER/PR.

N.º DO PROCESSO: 23.992.768-8.

VALOR MÁXIMO: R\$ 3.555.548,24.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 11:00 horas do dia 18/07/2025, no portal de Compras do Governo Federal – [Compras.gov.br](http://www.gov.br/compras/pt-br/) - <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

AUTORIZAÇÃO:

a) Para licitar: Ane Soraida Mello Serpa de Oliveira Viana – respondendo pela Diretoria Técnica do DER/PR nesta data: 16/05/2025.

b) Para realização de despesas: Fernando Furiati Sabóia – Diretor Presidente do DER/PR, em 23/05/2025.

EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO: A Licitação será realizada na forma eletrônica. O edital e os anexos serão disponibilizados na página eletrônica <http://www.administracao.pr.gov.br/Compras>, link Licitações do Poder Executivo, consulta licitações, órgão DER, GMS n.º 56/2025 (CONC-e). Também será disponibilizado no portal [Compras.gov.br](http://www.gov.br/compras/pt-br/) <http://www.gov.br/compras/pt-br/> - sob o n.º 90056/2025 (UASG: 463390). Demais informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, localizada na Avenida Iguaçu, n.º 420, andar térreo, Curitiba/PR. Telefone (41) 3304-8243.

Curitiba, 26 de maio de 2025.

Érica Aurélia de Melo da Silva

Presidente da Comissão de Contratação

71158/2025

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ
AVISO N.º 077/2025 - DER SEDE
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 15/2025 DER/DOP
GMS n.º 57/2025 (CONC-e)

Compras.gov.br – n.º 90057/2025 - UASG: 463390

EXTRATO DO EDITAL**ABERTURA DE LICITAÇÃO**

OBJETO: Contratação de empresa de consultoria para apoio e assessoramento técnico ao DER/PR no planejamento e gerenciamento das ações de manutenção rodoviária e execução de serviços técnicos especializados para a caracterização funcional e estrutural da malha rodoviária do Estado do Paraná.

N.º DO PROCESSO: 23.855.790-9.

VALOR MÁXIMO: R\$ 48.881.552,64.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 14:00 horas do dia 18/07/2025, no portal de Compras do Governo Federal – [Compras.gov.br](http://www.gov.br/compras/pt-br/) - <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

AUTORIZAÇÃO:

a) Para licitar: Alexandre Castro Fernandes – Diretor de Operações do DER/PR, em 05/05/2025.

b) Para realização de despesas: Alexandre Castro Fernandes – respondendo como Diretor Presidente do DER/PR, em 16/05/2025.

EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO: A Licitação será realizada na forma eletrônica. O edital e os anexos serão disponibilizados na página eletrônica <http://www.administracao.pr.gov.br/Compras>, link Licitações do Poder Executivo, consulta licitações, órgão DER, GMS n.º 57/2025 (CONC-e). Também será disponibilizado no portal [Compras.gov.br](http://www.gov.br/compras/pt-br/) <http://www.gov.br/compras/pt-br/> - sob o n.º 90057/2025 (UASG: 463390). Demais informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, localizada na Avenida Iguaçu, n.º 420, andar térreo, Curitiba/PR. Telefone (41) 3304-8243.

Curitiba, 26 de maio de 2025.

Érica Aurélia de Melo da Silva

Presidente da Comissão de Contratação

71208/2025

DOCUMENTO CERTIFICADO**CÓDIGO LOCALIZADOR:**
326257025

Documento emitido em 27/05/2025 13:27:14.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 11899 | 27/05/2025 | PÁG. 70

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOF
www.imprensaoficial.pr.gov.br

DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
PR, no uso de suas atribuições legais ETO ESTADUAL 56/2023, Considerando a Art. 22 e 23, da Lei 9503, de 23 de setembro de Trânsito Brasileiro - CTB; Determina a publicação das portarias DETR / DG abaixo relacionadas que designou os Agentes de Trânsito:

ALEXANDRE EMILIO SANTANA LORENZON ID 37249 PORT. 17134/2025 * ANDRE GREGORIO ID 37250 PORT. 17135/2025 * ARAGONES ANTUNES ID 37251 PORT. 17136/2025 * DILSON CORDEIRO DA SILVA ID 6059 PORT. 17137/2025 * DIOGO IVONEI GOMES ID 37252 PORT. 17138/2025 * DIOGO EUCLIDES LOPES DA SILVA ID 37253 PORT. 17139/2025 * DIOGO CKRISTIAN ROCHEMBAK ID 37254 PORT. 17140/2025 * ELIAS DE FREITAS MOCAMBIRA ID 37255 PORT. 17141/2025 * ELIAS DE FREITAS MOCAMBIRA ID 37256 PORT. 17142/2025 * ENDRYO LAEL ROCHA BASTOS ID 37257 PORT. 17143/2025 * FABIO DIAS BERTOCCO ID 4392 PORT. 17144/2025 * FELIPE DE LIMA SATTO ID 37258 PORT. 17145/2025 * FERNANDO MAIO DA SILVA ID 5819 PORT. 17146/2025 * GETER KALINKE DE OLIVEIRA ID 12994 PORT. 17147/2025 * GIANCARLO GIAMBARRESI ID 37259 PORT. 17148/2025 * HILANA DORALICE BARBOSA V REZENDE BORGES ID 37260 PORT. 17149/2025 * JOAO MARIA BORDINHAO DE CAMARGO JUNIOR ID 37261 PORT. 17150/2025 * LEANDRO ROBERTO PRADO ID 37271 PORT. 17151/2025 * MARCELO DE CARVALHO RODRIGUES ID 37272 PORT. 17152/2025 * MARINEIDE DE SA ID 37273 PORT. 17153/2025 * NILSO MALINOSKI DA LUZ ID 37274 PORT. 17154/2025 * PAULO HENRIQUE SGARIONI ID 8311 PORT. 17155/2025 * RICARDO CELSO DE ANDRADE FOGACA ID 14774 PORT. 17156/2025 * RODRIGO FELSKI ID 37275 PORT. 17157/2025 * RODRIGO WEIBER FERREIRA ID 37276 PORT. 17158/2025 * RUDNEI MARQUES ID 37277 PORT. 17159/2025 * TIAGO ZAVADZKI ID 37278 PORT. 17160/2025 * VERONICA GUIMARAES DE PAULA SILVA ID 2385 PORT. 17161/2025 * ZACARIAS RODRIGUES PONTES ID 37279 PORT. 17162/2025 * DIEGO CANDIDO DOS SANTOS ID 2714 PORT. 17163/2025 * JOAO RICARDO ALVES DA SILVA ID 37280 PORT. 17164/2025 * CAIO CESAR NOGUEIRA CAMBUI ID 37281 PORT. 17165/2025 * FELIPE RICARDO VERMONDE DOS SANTOS ID 37282 PORT. 17166/2025 * GABRIELE INGRID DE MORAES GONCALVES ID 37283 PORT. 17167/2025 *

Curitiba, 26 de Maio de 2025.

Adriano Furtado

Diretor-presidente do DETRAN/PR

70761/2025

ERRATA - SORTEIO - CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2025

OBJETO: Chamamento Público para doação de bens móveis inservíveis e/ou desnecessários.

Onde se lê: ARCONOP – Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, CNPJ nº 07.353.354/0001-69; Leia-se: Associação de Catadores e Classificadores de Resíduos Recicláveis de Colombo – 3RS, CNPJ nº 15.681.103/0001-31.

DATA DO SORTEIO: dia 03 de junho de 2025, às 09h00, no Auditório do DETRAN/PR, localizado na Av. Victor Ferreira do Amaral, nº 2940, Capão da Imbuia, Curitiba/PR.

70936/2025

Dispensa de Licitação n.º 027/2025

OBJETO: Doação de gateways para a SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP.

AUTORIZAÇÃO: Sr. Adriano Furtado – Diretor-Presidente do Detran/PR, em 23/05/2025 - Protocolo n.º 23.635.390-7, com fulcro no Art. 76, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

71169/2025

Relatório: Solicitação Dispensa de Compra de Material
SOLICITAÇÃO 18764/2025

Órgão GMS:	DETRAN-Departamento de Trânsito do Estado do Paraná			Protocolo:	236353907
Descrição do Setor:	SECO				
Data de Criação:	27/05/2025 13:57	Usuário Responsável:	Thales Felipe Marangoni Tanan		
Tipo:	Dispensa	Critério de Preço:	Menor Valor		
Modalidade da Dispensa:	Doação de bens móveis para fins e usos de interesse social (Estatal)				
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					
Órgão COP:				Unidade COP:	
Projeto Atividade:					
Código Orçamentário Reduzido:				Valor:	
Observações:				Obras?	Não
Grupo:	58 - Equipamentos, materiais e acessórios de comunicação				
Classe:	5801 - Equipamentos de comunicação				

Fornecedor: 76.416.932/0001-81 - SESP

Item: 5801.94033 - Gateway, TIPO: SIP/FXS com 24 (vinte e quatro) portas, ESPECIFICAÇÃO: Possuir 24 (vinte e quatro) portas FXS (Foreign eXchange Subscriber) com conector RJ-11, UNID. DE MEDIDA: Unitário				Situação: Aprovado
Quantidade: 2		Valor Unitário (R\$): 303,6700		Valor Total do Item (R\$): 607,34
Periodicidade: -			Dia de Entrega: -	
Local de Entrega: Rua Dezenove de Novembro, 107 - Setor de Material de Consumo - Centro - Pinhais-PR - 83.323-260				
COTAÇÕES DO ITEM				
Fornecedor	Valor Unitário	Referência	Observações da Cotação	Preenchimento de Exigências
76.416.932/0001-81 - SESP	303,6700			Garantia : Atender normas vigentes da Anatel: Fabricante: Marca:
TOTAIS DO FORNECEDOR: 76.416.932/0001-81 - SESP				
Quantidade de Itens			Valor Total	
1			607,34	
TOTAIS DA SOLICITAÇÃO				
Quantidade de Itens			Valor Total	

1

607,34

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
SETOR DE COMPRAS

Protocolo: 23.635.390-7
Assunto: DL 27/2025 - Solicitação Gateway de Telefonia
Interessado: POLICIA MILITAR DO PARANA
Data: 27/05/2025 14:06

DESPACHO

Ao SEMP,

Segue protocolado de doação devidamente autorizado.
Em Anexo consta o termo de doação editável.

Atenciosamente,

Thales Tanan
Estagiário do Setor de Compras

Documento: **DESPACHO_3.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Thales Felipe Marangoni Tanan (XXX.572.159-XX)** em 27/05/2025 14:07 Local: DETRAN/SECO.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Thales Felipe Marangoni Tanan** em: 27/05/2025 14:06.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
83e3f63d73e12e47a56c3873c6d5dd5e.

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E/OU DESNECESSÁRIOS
N.º 027/2025

Termo de Doação de Bens Móveis Inservíveis e/ou Desnecessários que celebram o DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR e o Estado do Paraná por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP.

O **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR**, com sede à Av. Victor Ferreira do Amaral, 2940 – Capão da Imbuía – Curitiba/PR, CEP 82.800-900, inscrito no CNPJ/MF n.º 78.206.503/0001-40, neste ato representado por seu Diretor de Administração e Finanças, Sr. Lucas Dorini Sabbato, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 10.097/2025, atuando por delegação de competência, conforme Portaria n.º 460/2025-DP., doravante denominado **DOADOR**, e o **Estado do Paraná** por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP**, inscrito no CNPJ/MF n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado pelo Secretário, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, nomeado pelo Decreto n.º 00012/2023, doravante denominado **DONATÁRIO**, ajustam o presente **TERMO DE DOAÇÃO DE BEM(NS) MÓVEL(IS) INSERVÍVEIS E/OU DESNECESSÁRIOS**, com fundamento no artigo 76, inciso II, alínea “a” da Lei Federal n.º 14.133/2021; no artigo 610, inciso II, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 10.086/2022; no artigo 1º da Lei Estadual nº 20.790/2021; no Decreto Estadual nº 4.336/2009, com redação parcialmente alterada pelo Decreto Estadual nº 8.561/2017; conforme condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS BENS DOADOS

O **DOADOR** declara, para fins de direito, que é proprietário do bem móvel discriminado a seguir:

ITEM	Nº DE PLAQUETA	DESCRIÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
1	100002386139	GATEWAY	BOM
2	100002386172	GATEWAY	BOM

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O **DOADOR** transfere gratuitamente ao **DONATÁRIO** a propriedade dos bens móveis discriminados na Cláusula Primeira deste Termo de Doação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO

Compromete-se o **DONATÁRIO** a efetuar a retirada dos bens móveis discriminados na Cláusula Primeira, no estado em que se encontram, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da assinatura deste Termo de Doação.

Parágrafo Único. O **DONATÁRIO** é responsável por todos os encargos relativos à retirada dos bens do local onde se encontram, bem como por todas as despesas de transporte e pelos eventuais riscos e prejuízos decorrentes de seu manuseio, inclusive em relação a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - DA DESTINAÇÃO DO(S) BEM(NS)

O **DONATÁRIO** compromete-se, em observância ao que o dispõe o art. 610, inciso II, alínea "a" do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e o artigo 76, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, a destinar os bens, exclusivamente, para a consecução da seguinte finalidade de interesse social: Considerando a necessidade da utilização do serviço de telefonia fixa pelas Unidades da Polícia Militar, a disponibilização de dois gateways de telefonia visa atender essas demandas, promovendo maior eficiência nas atividades administrativas e operacionais da PMPR, em benefício da população e do público interno.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE

O **DONATÁRIO** responde pela utilização e conservação dos bens nas esferas administrativa, civil e criminal, desde a data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O **DOADOR** providenciará a publicação do extrato deste Termo de Doação no Diário Oficial do Estado, conforme o art. n.º 184, inciso II, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir todas as questões oriundas deste Termo de Doação.

Por estarem de acordo, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com a presença de 02 (duas) testemunhas.

Curitiba, datado eletronicamente.

Lucas Dorini Sabbato
Diretor de Administração e Finanças

Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado

TESTEMUNHA 1

Valmir Batista da Costa

CPF

RG

TESTEMUNHA 2

Edinaldo Roque de Lima

CPF

RG

ANEXO DO TERMO DE DOAÇÃO
TERMO DE ENTREGA DE BEM(NS) MÓVEL(IS) INSERVÍVEL(IS) E/OU
DESNECESSÁRIO(S)

A **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA – SESP**, inscrito no CNPJ/MF n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado pelo Sr. Hudson Leôncio Teixeira, nomeado pelo Decreto n.º 00012/2023, declara ter recebido, nesta data, do Senhor Ednilson Mario Aguiar ocupante do cargo de Chefe do Setor de Patrimônio, lotado no **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR**, os bens móveis abaixo identificados, para a destinação prevista na Cláusula Quarta do Termo de Doação de Bens Móveis Inservíveis e/ou Desnecessários n.º 26/2025.

ITEM	Nº DE PLAQUETA	DESCRIÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
1	100002386139	GATEWAY	BOM
2	100002386172	GATEWAY	BOM

Curitiba, datado eletronicamente.

SERVIDOR ESTADUAL

DONATÁRIO

FORMULARIO 1287/2025.

Documento: **Anexo_1_TermodeDoacao33pmddtq.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Ednilson Mario Aguiar (XXX.339.509-XX)** em 15/07/2025 10:29, **Valmir Batista da Costa (XXX.057.319-XX)** em 15/07/2025 10:32 Local: DETRAN/DEAD/SEMP, **Edinaldo Roque de Lima (XXX.111.939-XX)** em 15/07/2025 10:33 Local: DETRAN/DEAD/SEMP.

Inserido ao documento **1.599.997** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 15/07/2025 10:28.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
162dbbaaf3115b2dba994944e8c408e0.

Documento: **Anexo_1_TermodeDoacao33pmddtqassinado.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Hudson Leoncio Teixeira** em 29/07/2025 14:15.

Assinatura Avançada realizada por: **Ednilson Mario Aguiar (XXX.339.509-XX)** em 15/07/2025 11:14 Local: DETRAN/SEMP.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 15/07/2025 11:10.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
e058ac21efbc3f089e7a5e130bd29f0a.



Governo do Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
DETRAN/SEMP/DOAÇÃO
GESTÃO PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS



TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL ADMINISTRAÇÃO DIRETA/INDIRETA

Data:	10/07/2025
Número:	2915249
Protocolo:	
DOADOR	
Órgão/Entidade	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
CNPJ:	78.206.513/0001-40
Representante Legal:	Lucas Dorini Sabbato
Unidade:	DETRAN/SEMP/DOAÇÃO
Endereço	Rua Dezenove de Novembro 107
Município:	Pinhais
DONATÁRIO	
Órgão/Entidade	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CNPJ:	76.416.932/0001-81
Representante Legal:	HUDSON LEONCIO TEIXEIRA
Unidade:	DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGIA E QUALIDADE
Endereço	AV MARECHAL FLORIANO PEIXOTO 1401 Diretoria de Desenvolvimento
Município:	Curitiba
Responsável pelo processo de movimentação (EMISSION)	EDNILSON MARIO AGUIAR
Responsável pela validação deste processo	FABRICIO FERREIRA PINHEIRO
OBSERVAÇÕES	
Conforme protocolo 23.635.390-7	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO(S) BEM(NS) DOADO(S)

O Doador declara, para fins de direito, que é proprietário do(s) bem(ns) móvel(is) discriminado(s) a seguir:

Nº	Plaqueta	Descrição do Item	Status	Estado de Conservação	Valor Líquido
1	100002386139	GATEWAY KHOMP KMG 200MS - 01 E1 (BNC)	Em Uso	Regular	R\$ 156,12
2	100002386172	GATEWAY KHOMP KMG 200MS - 01 E1 (BNC)	Em Uso	Regular	R\$ 156,12
TOTAL:					R\$ 312,24

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O DOADOR transfere gratuitamente ao DONATÁRIO a propriedade do(s) bem(ns) discriminado(s) na Cláusula Primeira deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO

O DONATÁRIO é responsável:

I - pela conferência no ato do recebimento do(s) bem(ns) móvel(is) discriminado(s) na CLÁUSULA PRIMEIRA

II - por proceder à retirada do(s) bem(ns) de que trata a CLÁUSULA PRIMEIRA no estado em que se encontram, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da assinatura deste instrumento;

III - por todos os encargos relativos à retirada do(s) bem(ns) do local onde se encontram, bem como as despesas de transporte e os riscos e prejuízos decorrentes do seu manuseio, inclusive no que se refere a terceiros.



CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE RESPONSÁVEL

A UNIDADE RESPONSÁVEL é responsável pela conferência no ato do recebimento, bem como pela guarda, proteção e conservação do(s) bem(ns) móvel(is) discriminado(s) na CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESTINAÇÃO DO BEM

O DONATÁRIO compromete-se, em observância ao que o dispõe o art. 610, I, 'a', do Decreto nº 10.086/2022, a destinar o(s) bem(ns) móvel (is), exclusivamente, para a consecução da seguinte finalidade de interesse social: -

CLÁUSULA SEXTA - DA REVERSÃO

A inobservância da finalidade ora estipulada implicará a reversão da doação com imediata restituição da posse sobre o(s) bem(ns) ao DOADOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DA DOAÇÃO

O descumprimento das cláusulas previstas no instrumento, inclusive a não retirada do(s) bem(ns) no prazo previsto, podendo ser dilatado por ato do DOADOR, implica a rescisão do termo de doação.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO E CASOS OMISSOS

O termo é regido pelo Decreto Estadual n.º 4336/2009 pelo Decreto Estadual n.º 10.086/2022, aplicando-se subsidiariamente o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O DOADOR providenciará a publicação do extrato deste Termo no Diário Oficial do Estado, nos termos do Art. 686 do Decreto nº 10.086/2022

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE

O DONATÁRIO responde pela utilização do(s) bem(ns) móvel(is) nas esferas administrativa, civil e criminal, desde a data do seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

As partes se comprometem a manter sigilo com relação às informações obtidas no desenvolvimento dos objetivos do presente Termo, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto Estadual nº 6.474/2020. Nos casos omissos, são aplicáveis as disposições da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem de acordo, as partes assinam este instrumento, com a presença de 02 (duas) testemunhas.

Lucas Dorini Sabbato
DOADOR

HUDSON LEONCIO TEIXEIRA
DONATÁRIO

FRANCISCO MIRANDA ZARO
UNIDADE DE PATRIMÔNIO

TESTEMUNHAS

1. _____
NOME:

CPF:

RG:

2. _____
NOME:

CPF:

RG:

Documento: **termodoacaopmddtq.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Hudson Leoncio Teixeira** em 29/07/2025 14:15.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Ednilson Mario Aguiar** em: 15/07/2025 11:13.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
fd1547c3e21717e05c180347ba9f04be.

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
SETOR DE MATERIAL PERMANENTE

Protocolo: 23.635.390-7
Assunto: DL 27/2025 - Solicitação Gateway de Telefonia
Interessado: POLICIA MILITAR DO PARANA
Data: 15/07/2025 11:17

DESPACHO

A SESP

Encaminhamos para assinatura de V. EXa Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, se assim achar pertinente, o Termo de Doação de Bens Móveis 027/2025 (minuta PGE), mov. 33 e o Termo de Doação 2915249 (GPM), mov. 34 que tratam da doação de gateway de voz deste DETRAN a DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGIA E QUALIDADE

Ednilson Aguiar
DEAD/SEMP



GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.635.390-7

1. Versa o presente expediente sobre Termo de Doação de Bens Móveis, doação de *gateway* de voz proveniente do DETRAN à DDTQ/PMPR.
2. Diante do exposto, encaminho preliminarmente ao **Núcleo Administrativo Setorial/Setor de Almoxarifado e Patrimônio/SESP**, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba, na data da assinatura digital.

Assinado Eletronicamente

Cel. PM Dalton Gean Perovano,
Chefe de Gabinete em Exercício.
Resolução nº 383/2025-SESP.

Documento: **23.635.3907RMMNASSAPTermodeDoacaodeBensMoveisdoacaodegatewaydevozdesteDETRANeDDTQPMPR.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Cel. Qopm Dalton Gean Perovano (XXX.514.239-XX)** em 15/07/2025 13:37 Local: SESP/GS.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Rudolph Marques Melo** em: 15/07/2025 11:51.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
97520ae6f6b815901968e974fc1af677.

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO**

Protocolo: 23.635.390-7
Assunto: DL 27/2025 - Solicitação Gateway de Telefonia
Interessado: POLICIA MILITAR DO PARANA
Data: 16/07/2025 09:17

DESPACHO

Preliminarmente, encaminhamos o presente protocolo Via Assessoria Policial Militar com vistas a unidade demandante da PMPR para análise e demais gestões conforme tratativas do protocolado referente ao recebimento de materiais constantes em Termo de Doação de Bem Móveis (mov.34).

James Marcelino Ramos
Assessor SAP/NAS/SESP

Documento: **DESPACHO_5.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **James Marcelino Ramos (XXX.642.809-XX)** em 16/07/2025 09:17 Local: SESP/NAS/SAP.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **James Marcelino Ramos** em: 16/07/2025 09:17.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
381125ef2b09014cc871ee271cd4a73a.

POLÍCIA MILITAR - DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
DIRETOR

Protocolo: 23.635.390-7
Assunto: DL 27/2025 - Solicitação Gateway de Telefonia
Interessado: POLICIA MILITAR DO PARANA
Data: 18/07/2025 16:19

DESPACHO

PMPR
DTI

Encaminhe-se ao Sr. Capitão Pinheiro para se manifestar.

Coronel QOPM Sthéfano Roberto Janata,
Diretor da DTI

Documento: **DESPACHO_6.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Cel. Qeom Pm Sthefano Roberto Janata (XXX.866.549-XX)** em 18/07/2025 16:19 Local: DTI/DIRETOR.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Cel. Qeom Pm Sthefano Roberto Janata** em: 18/07/2025 16:19.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
1670ae9a9f84c2ce8d9b8c11c4073877.

**PMPR
CG
DTI**

Despacho

Referência: e-protocolo nº 23.635.390-7

Ciente.

2. Encaminhe-se o protocolo 23.635.390-7 ao Sr. Subdiretor da DTI, com vistas a SESP/APM, informando que os dois equipamentos relacionados esta demanda, foram recebidos por esta Diretora primeiramente em forma de empréstimo (fls .005).

3 Posteriormente os materiais foram recebidos via sistema GPM, conforme Processo nº 11597800 (fls. 063), validado por este signatário.

4. Os materiais estão sendo configurados para aplicação no serviço de telefonia VoIP (*Voz sobre IP*), das Organizações Policiais Militares sediadas no Complexo HSBC, e no QCG.

Curitiba, 21 jul. 25

Assinado Eletronicamente

**Cap. QOEM PM Fabrício Ferreira Pinheiro,
Chefe da Seção de Redes da DTI.**

Documento: **DespachoGateway.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Cap. Qoem Pm Fabricio Ferreira Pinheiro (XXX.185.719-XX)** em 21/07/2025 14:47 Local: DTI/CETEL/REDES.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Cap. Qoem Pm Fabricio Ferreira Pinheiro** em: 21/07/2025 14:47.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
fd5813c99ca761f2e600d59ab44c99ff.

POLÍCIA MILITAR - DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SUBDIRETOR

Protocolo: 23.635.390-7
Assunto: DL 27/2025 - Solicitação Gateway de Telefonia
Interessado: POLICIA MILITAR DO PARANA
Data: 21/07/2025 16:12

DESPACHO

Ao Gab ChEM

Encaminho o presente destacando conforme (fls. 69) que os equipamentos foram recebidos nesta diretoria.

2. Solicito-vos desta forma remessa deste para que seja assinado pelo Exmo Sr. Secretário de Segurança o Termo de Doação.

Maj. QOEM PM Eduil Nascimento Junior
Subdiretor - DTI

Documento: **DESPACHO_7.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Maj. Qoem Pm Eduil Nascimento Junior (XXX.200.259-XX)** em 21/07/2025 16:12 Local: DTI/SUBDIRETOR.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Maj. Qoem Pm Eduil Nascimento Junior** em: 21/07/2025 16:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
c1f8e37c495c92c03cbe7bc34c74fccc.

**POLÍCIA MILITAR - CHEFIA DO ESTADO-MAIOR
GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA PMPR**

Protocolo: 23.635.390-7
Assunto: DL 27/2025 - Solicitação Gateway de Telefonia
Interessado: POLICIA MILITAR DO PARANA
Data: 21/07/2025 17:27

DESPACHO

PMPR
CHEM
ADJ

Encaminho à Secretaria da Chefia do Estado-Maior da PMPR para registro e remessa à SESP via Secretaria do Comando-Geral.

Respeitosamente,
Maj. QOEM PM Jamerson de Moura,
Adjunto ao Chefe do Estado-Maior da PMPR.

Documento: **DESPACHO_8.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Maj. Qoem Pm Jamerson de Moura (XXX.919.159-XX)** em 21/07/2025 17:27 Local: PMPR/CHEM/GABINETE.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Maj. Qoem Pm Jamerson de Moura** em: 21/07/2025 17:27.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
d50f124ca95aaf63131983a6fa6002fc.

POLÍCIA MILITAR - CHEFIA DO ESTADO-MAIOR
SECRETARIA DA CHEFIA DO ESTADO-MAIOR DA PMPR

Protocolo: 23.635.390-7
Assunto: DL 27/2025 - Solicitação Gateway de Telefonia
Interessado: POLICIA MILITAR DO PARANA
Data: 22/07/2025 14:31

DESPACHO

PMPR
CHEM
ADJ

Registrado nesta Secretaria;
2. Por ordem, encaminho à Sec. do CG, com vistas à origem, conforme requisitado às fls. 71.

Respeitosamente,
3º Sgt. QP PM Patrícia Krueger Monteiro,
Aux. Sec. Gab. ChEM.

Documento: **DESPACHO_9.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Maj. Qoem Pm Jamerson de Moura (XXX.919.159-XX)** em 22/07/2025 17:12 Local: PMPR/CHEM/SEC.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **3° Sgt. Qp Pm Patricia Krueger Monteiro** em: 22/07/2025 14:31.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
9c3015d8dd25b251000cd226b1ef2d17.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ - COMANDO-GERAL
SECRETARIA DO COMANDO-GERAL

Protocolo: 23.635.390-7
Assunto: DL 27/2025 - Solicitação Gateway de Telefonia
Interessado: POLICIA MILITAR DO PARANA
Data: 22/07/2025 17:38

DESPACHO

Considerando a manifestação do Chefe da Seção de Redes da DTI (mov. 39);

2. De ordem, restitua-se à SESP/NAS/SAP, via Assessoria Policial Militar.

Cap. QOEM PM Diego Moscoso Sanchez,
Respondendo pela Secretaria do Comando-Geral da PMPR.

Documento: **DESPACHO_11.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Cap. Qoem Pm Diego Moscoso Sanchez (XXX.573.929-XX)** em 22/07/2025 17:50 Local: CG/SEC.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **Sd. Qp Pm Vanessa Nichele** em: 22/07/2025 17:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ac1c18b300bc57a37b4f539192e26200.

Núcleo Administrativo Setorial

DESPACHO Nº: 176/2025

Protocolo nº: **23.635.390-7**

Interessado: SESP PMPR

Assunto: Termo de Doação DETRAN-PMPR

Data: 29/07/2025

Prezado Senhor,

Encaminhamos o presente protocolo ao Gabinete do Secretário/SESP para recolhimento da Assinatura Eletrônica do Excelentíssimo Sr. Secretário, no Termo de Doação de Bem Móveis nº27 (minuta PGE) e nº 2915249/2025 (GPM) (mov. 33 e 34), conforme solicitado por meio de Despacho emitido pelo Departamento de Trânsito/DETRAN (mov. 35) referente a doação de aparelhos gateway de voz para atendimento da DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGIA E QUALIDADE Polícia Militar.

Após, retornar a este Setor de Patrimônio SESP/NAS/SAP.

Atenciosamente,

James M. Ramos
Assessor do NAS/SESP

Documento: **DESPACHOn176202523.635.3907GSSESPASSINATURASECRETARIOTERMODEDOACAODETRANPMPR.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **James Marcelino Ramos (XXX.642.809-XX)** em 29/07/2025 09:30 Local: SESP/NAS/SAP.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **James Marcelino Ramos** em: 29/07/2025 09:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
845cab0e35ce518b2c19f1f2600e85ee.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

Protocolo: 23.635.390-7
Assunto: DL 27/2025 - Solicitação Gateway de Telefonia
Interessado: POLICIA MILITAR DO PARANA
Data: 29/07/2025 15:56

DESPACHO

Ao DETRAN

Tendo em vista coleta das assinaturas nos Termos de Doação e das gestões da movimentação via sistema GPM e validação do recebimento do material, restituímos ao DETRAN/PR para demais deliberações que se julgarem necessárias.

James Marcelino Ramos
Assessor SAP/NAS/SESP

Documento: **DESPACHO_13.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **James Marcelino Ramos (XXX.642.809-XX)** em 29/07/2025 15:57 Local: SESP/NAS/SAP.

Inserido ao protocolo **23.635.390-7** por: **James Marcelino Ramos** em: 29/07/2025 15:56.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
b8ea9e259d4d6c32ffbbc29f25087f0d.